P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



DIARIO DE NOTICIAS	10, ADR. 1930	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTICIAS			

Francisco Sá Carneiro em entrevista ao "DN"

É incompatível ser primeiro-ministro e candidato à Presidência da República

· Não aceitaria continuar a exercer o cargo se o general Ramalho Eanes fosse reeleito

«Creio que politicamente seria errado candidatar-me à Presidência da República. Este Governo saiu da maioria eleita em 2 de Dezembro, e por isso fui escolhido para primeiro-ministro. Competeme desempenhar o melhor possível esse cargo, e não desviar a minha actividade politica para uma candidatura a Presidência da República. Não foi para isso que me elegeram» - declarou Francisco Sá Carneiro ao «Diário de Noticias», na primeira entrevista que concedeu a um órgão de Imprensa nacional, desde que exerce o cargo de primeiro-ministro.

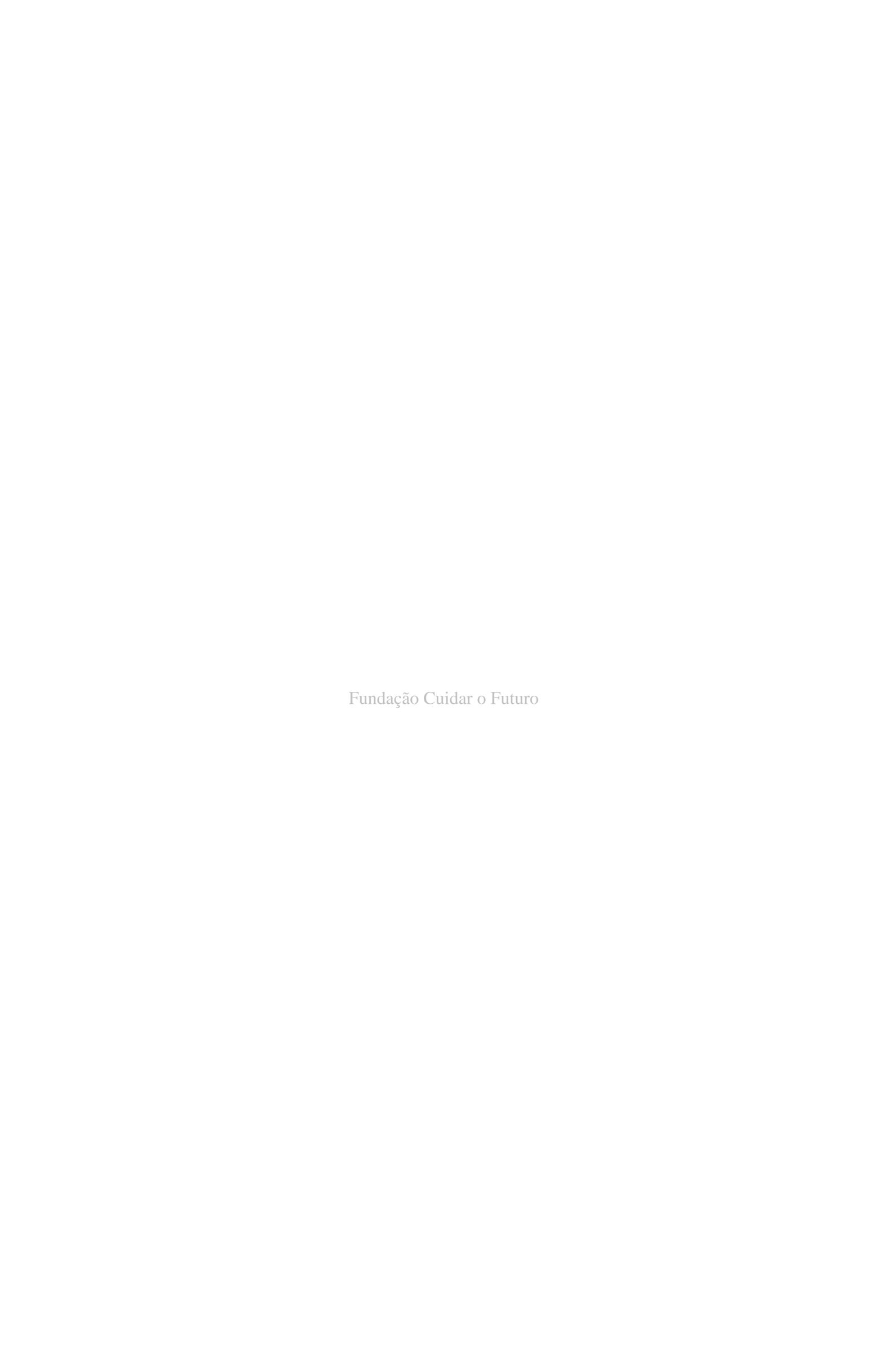
Nesta entrevista exclusiva, solicitada ao primeiro-ministro pela Direcção do «DN»— com o propósito de questionar Sá Carneiro acerca da forma como reagiu o Executivo ao chamado «teste dos cem dias» (os cem dias que se completam hoje após a tomada de posse do VI

Governo) — foram, afinal, dominantes os temas relacionados com as próximas presidenciais, até porque, conforme sublinharia o nosso entrevistado, «as candidaturas já se definem, a campanha já começou, pelo menos para alguns».

Colocado perante a hipótese de «continuar a exercer o cargo de primeiro-ministro caso o general Eanes fosse recleito», Francisco Sá Car nniro diria: «Se: nas fatut eleições, continuando a AD majoritaria, fosse eleito o general Ramalho Eanes, isso significaria, a meu ver, que o eleitorado quería um compromisso entre ele e a AD. Como eu não o considero possível nem útil para o País, não seria a pessoa indicada para o tentar e com ele governar. A AD indicaria então outro primeiro-ministro. Mas não creio que aquela hipotese se verifique».



«Eu nunca sustentei que o candidato deva ter o consenso da hierarquia militar. Enfendo mesmo que isso não é aconselhável»



Telefone 36 69 12

PORTUGAL HOJE

DIÁRIO DE NOTICIAS

10. ABR. 1980

COMÉRCIO DO PORTO

DIÁRIO POPULAR

Não continuaria primeiro-ministro se Ramalho Eanes fosse reeleito

(Cont. da página anterior)

da Republica. Não foi para isso que me elegeram.

E certo que se podia objectar que as eleições vêm longe e que as candidaturas podem ser apresentadas muito mais tarde. A realidade é outra. Creio que as candidaturas já se definem, creio que a campanha já começou, pelo menos

Por todas estas racões e ainda por, pessoalmente, nunca ter pensado candidatar-me nem considerar adequado trocar a chefia do Governo por uma candidatura à Presidência, comuniquei ao Partido Social - Democrata na ultima reunião de Conselho Nacional que essa era a minha decisão, o que foi bem aceite pelo partido. Creio que é a posição

«DN» - Dessa última reunião do Partido Social-Democrata concluiu-se que haver a preferência por um candidato militar. E' correcta esta interpretacão?

FSC - Creio que o mais provável é que o PSD e o CDS, no quadro da Aliança Democrática, venham de tacto a apresentar ou a apoiar um candidato militar, no activo dentro dos requisitos mencionados no acordo da Aliança Democrática e nos Conselhos Nacionais dos partidos.

Entendo que a qualidade civil ou de militar não é a fundamental para a escolha do candidato, mas sim as suas qualidades pessoais e os requisitos políticos de identificação com o projecto da Aliança Democrática, como projecto nacional que é, com o modelo de sociedade que sustentamos, com as linhas fundamentais da revisão da Constituição e com a concepção da Nação e do Estado.

Periodo transitório

«DN» - Se nesta espécie de pré-campanha eleitoral surgirem, sobretudo, nomes de militares, esse facto deverá ser relacionado com o papel decisivo que desempenham as Forças Armadas na sociedade portuguesa?

FSC - Creio que as Forças Armadas têm, de facto, e manterão, mesmo devois do tim do periodo transitório, um papel essencial no Estado portuques, correspondente à sua missão e á sua responsabilidade nacionais. Dai não ser de estranhar que, quando se pensa num candidato á Presidencia da Republica, apareça a hipótese de militares, escolhidos não apenas por o serem. nem como candidatos das Forças Armadas — que não devem ser - mas pelas suas qualidades.

O candidato tanto noderia ser civil como militar. Em meu entender o facto de perdurar até ao fim do período transitório o Conselho da Revolução, o de haver que fazer a revisão da Constituição e o das Forças Armadas passarem, findo o período transitório, para n dependencia do poder civil, passos que é necessário dar para a obtenção da democracia plena, não impunham que fosse um militar. Podia perfeitamente ser um civil. Mas se a escolha vier como é provivel a recair num militar, isso em nada afectará, a meu ver, as Porças Armadas, nem a democracia portuguesa, nem o bom desempenho das responsabilidades nacionais do Presidente e do Governo.

«DN» - Disse que desejaria que não houvesse um candidato das Forcas Armadas, ao contrário do que sucedeu em 1976. Mas, por outro lado, do perfil do candidato militar a ser eventualmente apoiado pela Alianca Democrática consta como um dos requisitos necessários um certo consenso de hierarquia das Forcas Armadas. Se esta interpretação é correcta, não haverá uma contradição entre os dois pontos

FSC - Eu nunca sustentei que o candidato deva ter o consenso da hierarquia militar. Entendo mesmo que isso não é aconselhável. O que se deve, sim, é na escolha e apresentação do candidato seguir processos de total transparência em relação à hierarquia mili-

O proprio candidato o deverá jazer e fará, por certo. As jorças politicas também devem apresentar a devido tempo o problema, comunicando a deciO mais provável é que o PSD e o CDS, no quadro da Aliança Democrática, venham, de facto, a apresentar ou a apoiar um candidato militar no activo.

 Nunca sustentei que o candidato deva ter o consenso da hierarquia militar. Entendo, mesmo, que isso não é aconselhável.

Creio que, tirando os chefes de Estado - Maior, não há em relação aos demais membros do Conselho da Revolução, nem uma ligação muito intensa, nem representatividade de opinião das Forças Armadas.

O Presidente da República afastou-se de qualquer possibilidade de consonância com o projecto da Aliança Democrática.

proprio da AD? Se, por

hipótese, no caso da candida-

tura de Pires Veloso, se verifi-

car uma grande adesão a nível

de bases do PSD e do CDS.

no Norte do País, não se criaria

uma situação, por assim dizer,

de facto consumado?

são à hierarquia militar mas não procurando obter o seu consenso ou consultando-a previamente, coisa que a hierarquia militar creio que não aceitaria nem eu considero

Entendo que nem as proprias Forças Armadas, nem a hierarquia militar defenderão a existência de um candidato das Forças Armadas. Pelo

Se as forças políticas duerem apresentar e escolher um candidato que é militar no activo, é a sua opção. E o facto de a pessoa ter essa qualidade não deve ser discriminatório nem deve diminuir os seus direitos e responsabilidades como cidadão. Mas as Forças Armadas é que não têm que apresentar, elas, um candidato, visto que o seu papel não é de fazer política, não é de entrar na luta politica.

«DN» — A opinião publica está habituada a identificar o PSD e o dr. Sá Carneiro com a defesa do primado do poder político sobre o «poder militar». Certas afirmações suas têm sido interpretadas como sendo de pendor antimilitarista. Não irá parecer surpreendente, neste contexto, o lancamento de um candidato militar pela AD?

FSC - O primado do poder civil, ou melhor, a exclusividade do poder civil, é um dos requisitos da democracia. Em regime democrático as Forças Armadas, os militares, não podem ser um poder, antes têm de ser uma força ao serviço da Nação c do Estado, serviço esse definido e politicamente comandado pelos órgãos de poder democraticamente desig-

Poder militar e democracia são incompativeis. Não há democracias militares. Isto nada tem de antimilitarismo. Pelo contrário, é uma concepção, que elas proprias defendem, necessária á vida das Forças Armadas e ao cumprimento da sua missão e responsabilidades

Se o candidato e juturo Presidente é militar, tal não deve significar, não pode em democracia significar, que as Forças Armadas detenham o Poder. Uma vez eleito, o Presidente da Republica, civil ou militar, detém apenas uma parte do poder civil democrático. Tal como aconteceu com De Gaulle em França e com Eisenhower nos Estados Uni-

«DN» - Será possível manter, após as presidenciais a acumulação de cargos de Presidente da Republica e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas?

FSC - Creio que não. Considero isso inconveniente. Espero que não seja mantida essa acumulação depois das próximas eleições, que seja mesmo uma situação que o candidato clarifique logo à

«DN» - A experiência dessa acumulação tem sido negati-

FSC - Considero que foi negativa. Considero que teve inconvenientes e tive ocasião de, ao longo destes dois ou três ultimos anos, dizer porquê e explicar porque, como sinteticamente fiz em relação á sua penultima pergunta.

Transparência de posições

«DN» - A circunstancia de algumas candidaturas já estarem, aparentemente, a um eleitorado que deverá abranger certas faixas correspondentes á actual maioria parlamentar, não poderá prejudicar o lançamento do candidato

FSC - Não creio. Mas se assim acontecer, tal será inerente ao próprio funcionamento da democracia e da escolha do candidato. O que é indispensável é que em todo este processo haja clareza e transparência de posições. Muito cedo se tem começado a falar em candidatos e a discutir-se se o actual Presidente da Republica será ou não será candidato e quais serão os candidatos. Entendo que para que as ooisas sejam claras, se impõe uma decisão tão rapidamente quanto possível. Penso que a Aliança Democrática apresentará o seu candidato dentro de pouco tempo

«DN» — E certo que a Aliança Dmocrática procurará anunciar a sua candidatura antes do 25 de Abril?

FSC - Não estamos dependentes da data do 25 de Abril para o efeito. É provável que sim, mas o anuncio também poderia ter lugar depois do 25 de Abril. É um problema partidos e pela Comissão Coordenadora da Aliança.

«DN» - A eventual recandidatura do general Eanes terá ainda alguma hipótese, por ténue que seja, de contar com o apoio da Aliança Democrática? Isto porque alguns factos recentes poderiam apontar nesse sentido que parecia já irreversivelmente traçado. Refiro-me a recentes declarações do conselheiro da Revolução Almeida e Costa, á visita ao arcebispo de Braga, e finalmente até a um artigo que saiu num jornal da área da AD, preconizando essa solu-

FSC - Não considero que os factos que mencionou constituam sintoma de um qualquer possivel apoio da Aliança' Democrática a uma recondidatura do general Eanes. Em meu entender não há qualquer hipótese de a Aliança Democrática vir a apoiar essa eventual candidatura.

Não se verifica, em relação a ela, nenhum dos requisitos que os partidos da Alianca e esta têm mencionado. Tal apoio foi já formalmente excluido pelo PSD e pelo CDS, o que constituiu tema da campanha da AD e promessa feita aos que em nós votaram. Os projectos políticos são diferentes, como tem sido claro.

Exprimo-lhe esta opinião pessoal com tanto maior segu-

rança quanto já temos ideias assentes relativamente a quem deve ser candidato a apoiar pela AD, havendo desde o início acordo.

«DN» - Como interpreta a declaração de apoio a uma recandidatura de Eanes vinda de um militar como o comandante Almeida e Costa, considerado um homem moderado dentro do Conselho da Revolução e até próximo de posições do PSD e que teve o cuidado de ressalvar que não subscrevia críticas ao Governo feitas por outros dos seus colegas conselheiros?

FSC - E evidentemente uma opinião pessoal e faço notar que, além desta ultima, o comandante Almeida e Costa játinha tomado, creio que há mais de um ano, uma outra que de modo algum coincide com as da Aliança Democrática. Discordou o comandante Almeida e Costa da possibilidade e da necessidade do referendo Agora defende a candidatu-III to nie vi Razillo Eane : que não coincidem de modo algum com as da Aliança Democrática, quaisquer que sejam as posições políticas do comandante Almeida e Costa relativamente a outros assuntos. Portanto, não o posso considerar próximo da Aliança De-

«DN» — Mas não significará a tomada de posição de Almeida e Costa que o «espírito de corpos característico da instituição militar esteja a funcionar em beneficio da recandidatura de Ramalho Eanes?

FSC - Não me parece. Creio mesmo que, tirando os chefes de Estado-Maior, não há em relação aos demais membros do Conselho da Revolução, nem uma ligação muito intensa, nem representatividade de opinião das Forças Armadas. E. portanto, não atribuo o valor que refere na sua pergunta ás declarações do comandante Almeida e Costa. Tenho-as como puramente pessoais, exprimindo a sua opinião como cidadão e nunca como representativas das Forças Armadas ou de um sector das Forças Armadas.

Acto de cortesia

«DN» — E em relação ao encontro com o arcebispo de Braga, significará que a hierarquia católica, ou parte dela, veria com bons olhos a permanência do general Eanes, tal como certa Imprensa deixou subentender, designadamente

a Imprensa comunista ou próxima do Partido Comunista que tentou gulosamente colar a hierarquia da Igreja e a opinião católica á eventual candidatura do general Ramalho Eanes. Não é a primeira vez que isso acontece, mas é sempre sintomático. Não atribuo, de modo algum, valor politico ao contacto por certo de cortesia que o senhor arcebispo de Braga teve com o Presidente da Republica, que pernoitava na sua diocese e em instalações a ela perten-

Considero isso um acto de cortesia normal, sem significado político. Considero, sim, de alto significado político a interpretação da Imprensa pró-comunista e a tentativa de colar a hierarquia católica á recandidatura do general Ramalho Eanes.

O semanário que mencionou nada tem a ver com a Igreja ou com a opinião católica, embora como tal tenha sido apresentado pela opinião comunista, numa táctica grosseira, mas não inédita, de instrumentalização da hierarquia e da religião que os adeptos óbvios ou disfarçados do PC tem empregue frequentemente entre nos.

«DN» - A recusa do apoio da AD a essa recandidatura tem alguma coisa a ver com as suas relações pessoais com o general Eanes?

FSC - De modo nenhum.

«DN» — São más as suas relações pessoais com o general Eanes?

FSC - Não. São perfeitamente correctas e permitem

romorom sso II inviavel

«DN» — Aceitaria continuar a exercer o cargo de primeiroministro caso o general Eanes fosse reeleito? FSC - Não. Tal significaria

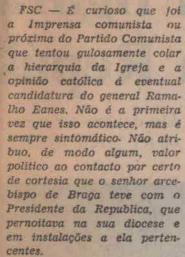
que por mais quatro anos se manteria a presente situaço de divergência politica entre o Presidente, por um lado, e o Governo e maioria por outro. O nosso Governo e a nossa politica foram escolhidos pelo eleitorado em 2 de Dezembro. Esta escolha determina a situação política, designadamente o comportamento dos demais órgãos de soberania, até as próximas eleições. E' a nossa posição que prevalece, de harmonia com a escolha do

eleitorado. Se, nas futuras eleições, continuando a AD maioritária, fosse eleito o general Ramalho Eanes, isso significaria a meu ver que o eleitorado aueria um compromisso entre ele e a AD. Como eu não o conside-70 possivel nem util para o Pais, não seria a pessoa indicada para o tentar e com ele governar. A AD indicaria então outro primeiro-ministro-Mas não creio que aquela hipótese se verifique.

«DN» - A partir de que altura é que situa essa ruptura política, por assim dizer, entre o PSD, a Alianca Democrática e o general Eanes?

FSC - Assim que a Aliança Democrática foi constituída, o Presidente da Republica marcou em relação a ela uma

citando uma frase do jornal «Correio do Minho»?



posição de discordancia. O acordo da Aliança foi assinado em 5 de Julho. Logo no dia seguinte o Presidente da Republica veio propor aos lideres partidários, e publicamente, um acordo PSD-PS.

E' uma posição de não acolhimento, de divergência profunda, em relação á Aliança Democrática. O Presidente da Republica afastou-se de qualquer possibilidade de consonância com o projecto da Aliança Democrática. Em relação ao Partido Social-Democrata, o Congresso do ano passado discutiu a questão, entendeu que devia confiar a sua decisão ao Conselho Nacional, e este decidiu pouco depois peremptoriamente não apoiar uma eventual recandidatura do general Ramalho Eanes, por divergências políticas profundas, consubstanciadas de resto nas variadas criticas e apreciações que o Partido Social-Democrata fez da actividade do Presidente da Republica.

«DN» — A ausência de «solidariedade politica», entre o Governo e o Presidente da Republica traduzirá uma situação de anormalidade constitu-

FSC - Anormalidade constitucional, não. Mas uma situação que, politicamente não é vantajosa e que, em termos de estabilidade e de eficácia governativa, se pode considerar nociva, isso sim. E uma dificuldade constitucional que teremos de aguentar até às próximas eleições presiden-

A questão da solidariedade institucional tal como foi posta é de resto curiosa, sobretudo numa altura de eleições. Até que ponto é que nos levaria a solidariedade institucional? Por exemplo, implicaria a solidariedade institucional, se o actual Presidente da Republica decidisse recandidatar-se, que o Governo deveria apoiar essa recandidatura? Imaginemos que o Presidente da Republica, decidindo recandidatar-se, dissesse-o ou não, tinha uma determinada actividade nesse sentido. Estaria o Governo obrigado, por solidariedad, institucional, a apoiá--lo? Entendo que não.

Por exemplo, nos Estados Unidos seria absolutamente inaceitável que o Governo do Presidente não apoiasse a sua recandidatura. Aqui, as situações são completamente diferentes. Parece-me, portanto, que, nestas circunstancias, há, repito, a simples coexistência funcional dos dois órgãos de soberania, que deve ser mantida e preservada. Mas não se pode falar em solidariedade institucional quando os projectos políticos e as linhas politicas são diferențes. Este Governo e a sua política não nasceram por uma escolha presidencial; foram acolhidos pelo

Presidente da Republica porque escolhidos pelos Portugueses através das eleições.

Sá Carneiro: «Foi com muita abertura e receptividade que se iniciaram os novos contactos com

os países africanos de expressão portuguesa.» Na gravura, o primeiro-ministro com o embaixador de Angola, Adriano Sebastião

Casos de divergência

«DN» - O Presidente da Republica tem dificultado ou

entravado a acção do Governo? FSC - Tem havido alguns casos de divergência. Outros não, embora não essenciais, que têm sido ultrapassados. É evidente que o trabalho do Governo seria mais simples e mais eficaz se houvesse solidariedade politica. E estou convencido que assim acontecerá depois das próximas eleições legislativas e presidenciais. Então, de certeza, o trabalho do Governo será mais produtivo, poderá ser mais eficaz e o Governo sentir-se-á mais apoiado, havendo consonância politica entre ele e o Presidente da Republica.

Já lhe disse o que penso sobre a promulgação de leis que considero essenciais. Se, nesse ponto, houver dificuldades por razões políticas que não constitucionais, então sim. o trabalho do Governo poderá ser seriamente dificultado.

"DN" - Concorda com a previsão, emitida por um membro do seu Governo, de que ainda estarão para vir, nesse dominio da promulgação de leis, os desafios essenciais? Por exemplo, no caso da lei do sector público-sector privado, ou da lei-quadro do referen-

FSC — Não vejo razão para isso. O funcionamento dos órgãos de soberania e os seus poderes relativos têm de se entender no quadro politico em que vivemos. E esse quadro politico confere um papel especial ao Governo e á maioria que o apoia na Assembleia da Republica.

Vivemos uma crise politica prolongado durante dois anos. Verificou-se que, quer a Assembleia da Republica e os partidos nela representados, quer o Presidente da Republica, joram incapazes de resolver a crise. Governos partidários minoritários, governos presidenciais, tentativas de arranjos partidários, revelaram-se todos inviáveis. Teve de recorrer--se a eleições. Formou-se a AD. Foi o resultado destas eleições que permitiu resolver a crise, visto que delas saiu uma maioria, um Governo e uma politica assente num modelo de sociedade. Este facto deve influenciar decisivamente e enquadrar o comportamento e os poderes dos órgãos de soberania até ás próximas elei-

Do ponto de vista político, creio que só poderia haver discordancia presidencial traduzida em veto, se as leis jossem contrárias ao programa eleitoral da Aliança Democrática. Desde que estejam dentro desse programa, o que significa, portanto, terem stdo acolhidas pelo eleitorado, porque o programa o joi através de uma maioria parlamentar, contrariar essas leis por razões politicas é contrariar o resultado das eleições e é desencadear nova crise ou voltar à crise anterior, o que não me parece legitimo. Prejudicar-se-ia indesculpavelmente o Pais e cumprir-se-ia a vontade não do eleitorado, mas apenas do Partido Comunista e dos seus sequazes evidentes ou subrep-

«DN» - No caso da interpretação de um texto como a Constituição, a fronteira entre as razões de natureza técnico-jurídica e política não será sempre relativamente fluida?

FSC - Pode ser nalguns casos. Poucos. Na lei do sector um caso nitido, em que me parece não se poderem invocar razões de inconstitucionalidade. O problema foi debatido, estudado e decidido a propósi-

to da lei aprovada e promulgada em 1977. Entendeu-se que a Assembleia tinha poderes para facer essa definição. Não pode negar-se a esta Assembleta esses poderes. Se tem poderes para fazer aquela defi nição, pode alterá-la. Tem po

deres constitucionais para tal.

Imaginemos que se sustenta

va esta tese: os leis só serão promulgadas se não forem consideradas desestabilizadoras. E ao Presidente da Republica caberia julgar se eram ou não desestabilizadoras. Entendo que isso seria claramente exorbitar dos poderes presidenciais. O julgamento da eventual desestabilização é um julgamento político que é feito pela maioria que aprova essas leis. Maioria, repito, que saiu das eleições que dominam todo este processo politico até as próximas. Demais, essa seria uma porta aberta para ser o Partido Comunista o árbitro das situações. O Partido Comunista usou, usa e continua a usar esse argumento, pois não hesita muitas vezes, para provar que para ele são desestabilizadoras, em desencadear a desestabilização. Ai estaria aberta a porta para o controlo da política portuguesa e das reformas de fundo pelas forças que desencadeiam, elas, a desestabilização. E seria fácil, então, criar condições para impedir o Governo e a sua maioria de cumprirem as suas promessas eleitorais e depois vir acusá-los de as não cumprirem. Todo este jogo político inadmissivel seria um jogo falseado, um jogo não democrático, contrário á decisão do eleitorado e á estabilidade politica que o Pais necessita. Seria, no jundo, impedir a moioria de governar, de introduzir as rejormas que prometeu ao eleitorado e que consi-

«DN» - Para quando a apresentação da lei-quadro do referendo da Assembleia?

dera essenciais.

FSC - Não the posso dar uma data certa. Há propostas mais urgentes, como as referentes às alterações da lei do recenseamento e das leis eleitorais para a Assembleia da Republica e para o Presidente nacionalidade, Mais tarde virá a proposta de lei-quadro do referendo.

Alterações à lei eleitoral

ções á lei eleitoral?

«DN» - A que critérios irá obedecer a proposta de altera-

FSC - Aos critérios de aperfeiçoa, o processo eleitoral, de alargar as possibilidades de voto e de alargar, como sempre prometemos e conside ramos justo e indispensável, a representação parlamentar dos portugueses não residentes em território nacional, com restabelecimento do circulo de

«DN» - No quadro das alterações á lei eleitoral será contemplada, por exemplo, a admissibilidade de candidaturas independentes? Poderá encarar-se a institucionalização de um método eleitoral diverso do actual sistema de listas. o qual confere uma preponderância decisiva às máquinas partidárias?

FSC - Não me parece que isso seja possivel sem revisão da Constituição. Uma revisão profunda dos principios métodos da lei eleitoral só é possível após a revisão consti-

«DN» - De um ponto de vista pessoal e pensando no futuro, estaria de acordo com a possibilidade de candidaturas independentes?

FSC - Depende, Os partidos desempenham um papel fundamental e imprescindivel em democracia, mas não devem ter o exclusivo da vida publi ca. O essencial é aproximar os eleitores dos deputados que elegem e poder manter um

eles e tal poderá fazer-se de

estudar na altura própria.

«DN» - Admite a possibilidade de adopção de um método eleitoral que favoreça menos a escolha partidária e mais a escolha personalizada

FSC — Tudo quanto se faça para aproximar o deputado dos ambos um sentido de responsabilidade, de ligação permanente com comunidades de ambito não demasiado vasto,

(Continua na pág. seguinte)

(Na gravura o primeiro-ministro com o embaixador em Madrid dos Emiratos Árabes Unidos) "A abertura em relação aos países árabes corresponde ao que consideramos ser uma dimensão necessária da nossa política externa que até aqui não tinha sido alcançada...



IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTICIAS	10. ABR. 1980	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	

Tenho privilegiado o exame dos "dossiers" mais do que a dispersão em audiências e viagens

(Cont. da página anterior)

para se não perder essa liga-

«DN» - A Aliança Democrática não irá ser acusada, a propósito dessa proposta de alargamento do circulo dos emigrantes e da criação do círculo de Macau (onde, pelos dados das eleições anteriores, se supõe que terá maioria), de estar a tentar, por um processo de natureza legislativa, as segurar os resultados das próximas eleições?

FSC — Acusada pode ser. Aliás, já o foi. Logo na discussão do programa do Governo isso se verificou, embora seja totalmente infundado. Ai está foram apresentadas ao eleito rado, constam expressamente do programa, foram salientadas durante a campanha eleitoral, não số aqui no Continente, mas junto das comunidades de emigrantes. Fomos escolhidos, portanto, sabendose que iamos jazer isso. Prometemos fazê-lo e vamos fazêlo, o que é perfeitamente justificado. Quem nos ataca, se lograsse exito, diria depois que não cumprimos as promessas

A lei eleitoral passada foi aprovada pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista. A actual majoria discordou dessa lei eleitoral, mas acatou-a como cumpre. Compete á elettoral que a maioria aprovar dentro dos principios que apontei e que não são de modo algum eleitoralistas ou susceptiveis de deturpar os resultados eleitorais. É uma proposta perfeitamente legitima que se compatibiliza totalmente com o quadro democrático; e se for aprovada, aceitá-la é uma mera decorrência da alternancia do Poder e do próprio resultado das eleições passadas. As acusações injundadas não nos perturbam, nem nos

Politicas de acalmação

«DN» - Na Assembleia Regional dos Açores verificou-se um acordo entre os principais partidos do Arquipélago, desde o CDS ao PS, acerca das linhas mestras do Estatuto da Região. Seria possível reproduzir a nivel nacional um entendimento desse tipo? Ou a Alianca Democrática, como se poderá deduzir das declarações de alguns dos seus dirigentes, já abandonou a sua proposta de acordo institucional com o

- Como resulta da deliberação do ultimo Consethe Nacional do PSD, um acordo de regime entre o PS e a AD abrangendo portanto a revisão da Constituição e um candidato comum á Presidência é inviável. Foram os socialistas quem o inviabilizou e quem expressamente o rejei-

"DN" - Tem sido afirmado que a tensão existente entre o Presidente da Republica e o Governo se integraria numa estratégia da Aliança Democrática no sentido de manter uma dinamica de oposição até ás próximas eleições (neste caso de oposição a outro orgão de soberania). Que se lhe oferece dizer a este respeito?

FSC — Isso é totalmente injundado. Mostrámos, nestes meses passados, que sabemos ser Governo, que sabemos ser maioria, que, ao contrário de outras forças que estiveram no Governo, não temos necessidade de ser oposição á Oposição.

E por isso que, ao contrário dessas forças, exercemos de facto o Poder e não o ocupamos apenas, dirigindo-o contra a Oposição, nem contra outros orgãos de soberania, estamos exercer o Poder que os eleitores nos confiaram com sentido nacional, em beneficio do Pais, segundo as linhas e propostas que o eleitorado acolheu, e não precisamos de criar tensões. Não as criámos, nem elas nos seriam vantajosas, nem ao Pais. Temos procurado, pelo contrário, criar condições de estabilidade, de exercício pacifico do Poder em ordem a resolver os problemas concretos dos Portugueses.

Não quero com isto defender o que no passado foi defendido, designadamente pelo Partido Comunista, as políticas de acalmação ou os Governos de acalmação, que seriam, e fo-ram, governos de conciliação permanente com o P.C. e que tiveram sempre mau resulta-

A responsabilidade nacional que o eleitorado nos confiou é a de actuarmos de harmonia com o nosso programa, com as nossas convicções, sem hostilizar ninguém, nem orgãos de soberania, nem forças políticas, mas não temendo também, que essas forças nos

Nesse aspecto não temos nada a temer, nem tememos. Desiludam-se todos aqueles todos aqueles que pretendam intimidar o Governo ou a maioria.

Competirá ao eleitorado julgar-nos nas próximas eleições aguardamos com toda a serenidade e confiança esse resultado, precisamente porque desenvolvemos uma política de Estado e não nos deixamos enredar nas pequenas questões, nas intrigas, nas tricas politicas nem procuramos favorecer sectores, clientelas ou

«DN» - Dos executivos pos-

O trabalho do Governo seria mais simples e mais eficaz se houvesse solidariedade política. E estou convencido de que assim acontecerá depois das próximas eleições legislativas e presidenciais.

Vivemos uma crise política prolongada durante dois anos. Verificou--se que, quer a Assembleia da República e os partidos nela representados, quer o Presidente da República, foram incapazes de resolver a crise.

Uma revisão profunda dos princípios e métodos da lei eleitoral só é possível após a revisão constitucional.

 Mostrámos que sabemos ser Governo, que sabemos ser maioria, que, ao contrário de outras forças que estiveram no Governo, não temos necessidade de ser oposição à Oposição.

Uma política de conciliação permanente com o Partido Comunista Português e as forças a ele ligadas é uma política contrária ao interesse nacional.

Pela primeira vez o poder de compra não só não irá diminuir mas irá mesmo, assim o esperamos, aumentar. Será a primeira vez que isso sucede, desde o 25 de Abril.

Os comentadores políticos certamente que o terão em conta e esperam, mas o País continua a viver normalmente, independentemente dos discursos do 25 de Abril.

É justo, adequado e conveniente que o 25 de Abril seja comemorado,

tanto militar como civilmente.

Fundação Cuidar o Futuro

Sá Carneiro, tendo a seu lado Alberto João Jardim. «Os Conselhos de Ministros são pouco prolongados...»

os que inclui nessa categoria dos «governos de acalmação»?

FSC - Os Governos socialistas e o da Eng.º Pintasilgo. Uma política de conciliação permanente com o Partido Comunista e as forças a ele ligadas é uma política contrária ao interesse nacional, e que teve resultados, nocivos para o Pais e que dificultaram gran-demente a nossa acção.

Distorção de princípios

«DN» - E' da nomeação desse V Governo Constitucional que data, por assim dizer a ruptura entre o PSD e o próprio Presidente da Republica. Como é que interpreta que após um governo como o de Mota Pinto, tenha sido convidado para primeiro-ministro uma personalidade com as ca racterísticas da Eng. Lurd Pintasilgo?

FSC — Não faço fuizos a intenção, designadament quanto ao Presidente da Rep. blica. Procuro apenas interpretar os factos. Entendo, con na altura o Partido e et proprio dissemos, que o atrasc na marcação das eleições fo nocivo. Elas podiam e devian ter tido lugar muito antes com grande vantagem para i País e para o proprio regim democratico.

A escolha e actuação do Governo Mota Pinto vieran. desencadear uma crise no gru po parlamentar do PSD que levou à sua cisão. Com isso julgava se o partido ferido de morte, o que não era exacto Mas criaram-se ao PSD gran des dificuldades, vencidas con grande esforço e militancia Dessa situação beneficiaran indirectamente o Partido So cialista e o Partido Comunista Tentou-se mesmo constituir um novo partido, mais ou menos presidencial Quando se tratou de preparar as eleições, foi o Governo Mota Pinto substituido pelo V Governo. Não considerámos, como na altura dissemos. o V Governo isento para preparar eleições.

Não o foi; mas apesar disso,

ganhámos as eleições. Foramnos criadas por esse Governo dificuldades adicionais. Esse Governo teve intervenção política durante a própria campanha eleitoral, designada mente através da sua primei-

A actuação desse Governo favoreceu, portanto, as forças que se opunham á Aliança Democrática, as mesmas que beneficiaram com as dificulda des criadas ao PSD aquando do Governo Mota Pinto. Entendo mesmo que o Governo Pintasilgo, ao continuar a governar, não apenas durante a campanha eleitoral, mas depois de conhecidos os resultados eleitorais, legislando e tomando medidas de fundo ao longo de quase um mês, infringiu um principio ético essencial da política. Em todos os países democráticos se não admite uma situação dessas. Este Governo teve de suportar todas as consequências dessa actividade, em meu entender ilegitima, que o Governo da Eng.º Pintasilgo desenvolveu depois do dia 2 de Dezembro, depois de serem conhecidos os resultados eleitorais. Os mais elementares principios da ética politica impunham que a partir de então fosse um mero Governo de gestão, se é que

o não devia ser desde o mo-

mento em que começou

campanha eleitoral. Há em toda essa situação aquilo que não posso deixar qualificar de hipocrisia politica e de grave distorção dos princípios ético-políticos.

O Governo Mota Pinto

«DN» - Quais seriam as diferenças que se poderiam estabelecer entre o Governo da Aliança Democrática, a que preside, e o Governo Mota

foi uma tentativa, a meu ver, errada de evitar eleições, que eram já então a unica solução. Viu-se forçado a governar sem maioria, a fazer a mera gestão do sistema. Encaminhou-se para um anticomunismo verbal. sem poder introduzir reformas que a sociedade portuguesa e uma politica nacional aconselhavam. Teve na minha opinião actuações menos felizes no domínio da Comunicação Social. E na sua linha politica geral difere de facto profunda mente do nosso Governo, apostado em consolidar através de reformas a democracia politica e a prosseguir a justiça social, sem se limitar à mera gestão de um sistema comprovada-mente injusto e ineficaz.

mente dos programas dos dois Governos. O de Mota Pinto

«DN» — Uma diferença que resulta é a da preocupação do equilibrio orçamental evidenciado pelo Governo Mota Pin-

FSC — E' um principio salutar que deverá ser atingido a prazo, como resultou do próprio Orçamento do Governo

O meu Governo enunciou claramente que trabalharia pa-ra uma redução do défice real. E' isso que consta do Orçamento. O défice apresentado no Orçamento entregue à Assembleia da Republica é menor do que o do ano passa do, em termos reais. Ou seja, que se tomássemos os montan tes das verbas do ano passado e lhe fizéssemos acrescer as quantias correspondentes á in teriamos quantias substancial-mente maiores do que aquelas que constam deste Orçamento.

curioso - ao contrário

do que tem sido dito - terem

metade de 1978 e do ano de 79 os detentores das melhores ceiras para fazer uma politica ositiva de relançamento da conomia, de relançamento do onsumo privado e de redistrivicão de rendimentos. Não o olve agora a sua actividade m situações económicas e fiianceiras de crise generaliza la, de crise internacional em constante agravamento e com perspectivas muito preocupanles. Mesmo assim, aquilo que à conseguiu, o que vai consenuir, como consta do Orçamento e do Plano, nédito em Portugal. Pela prineira vez o poder de compra não số não irá diminuir, como rometemos ao eleitorado, mas ra mesmo assim o esperamos. numentar. Será a primeira vez que isso sucede, desde o 25 le Abril. Tal é um imperativo le justica social que, apesar tas circunstancias económicas adversas - basta pensar na iuplicação do preço do petró-leo, no aumento internacional las taxas de juro, na recessão iante será realizado pelo Go-

0 discurso de 25 de Abril

«DN» - Quem tenha prestado atenção ás mensagens dos meios de Comunicação Social nos ultimos dias, fica com a sensação de que o País está de novo á espera do discurso de 25 de Abril do Presidente da Republica. Será isso um indicio de fragilidade da actual situação política? A Aliança Democrática tenciona, de alguma maneira, antecipar-se a esse discurso?

FSC - Seguimos o nosso caminho sem nos determinar mos pela iminência dos discursos, mesmo importantes como são sempre os discursos presidenciais, nem pela aproximação de datas relevantes como é a do 25 de Abril-

Não creio, no entanto, que o Pais esteja suspenso do dis curso de 25 de Abril. Os comentadores políticos, certa mente que o terão em conto



«Uma revisão profunda dos princípios e métodos da lei eleitoral só é possível após a revisão constitucionals

o esperam, mas o Pais continua a viver normalmente, independentemente dos discursos do 25 de Abril. Este ano, mais do que em nenhum outro, isso é palpavel. Não há ansiedade política, nem em relação ao discurso presidencial do 25 de Abril. Não há perturbação política; as coisas, ape sar das dificuldades, das tensões sociais e de algumas greves, seguem com toda a nor-malidade. Isso é também jruto não só da existência da maioria mas da actuação do próprio Governo. Ao contrário do que sucedia nos anos anteriores, é do Governo e da maioria, muito mais do que do Presi-dente da Republica, que de-pende a política do País. Daí menor importancia relativa que este ano tem o discurso presidencial.

«DN» - Têm fundamento as notícias de que não estará presente na cerimónia comemorativa do 25 de Abril a realizar na Assembleia da Re pública?

FSC -- Não têm o menor jundamento. Trata-se de mera fantasia jornalistica, cuja intenção desconheço. tencionei ir, como é natural, a essa como a outras comemo rações do 25 de Abril.

«DN» — Considera positivas as comemorações do 25 de Abril a efectuar nos quartéis? Não receia um crescendo de agitação laboral, com a aproximação do sexto aniversário da Revolução?

FSC — Não receio o tal crescendo de agitação laboral e nada tenho a opor às come morações militares do 25 de Abril, que não são da alçada do Governo. E justo, adequado e conveniente que o 25 de Abril seja comemorado, tanto militar como civilmente. O Governo tem a sua própria ideta das comemorações do 25 de Abril que vai efectuar, nomeadamente durante essa semana. Entendemos que u melhor maneira de comemorar a data que nos velo restituir a liberdade e abrir o caminho da democracia e da justica social é precisamente apresenlar e desenvolver medidas concretas, que satisfaçam os funlados anseios da justiça social dos Portugueses.

E por isso que mais do que com festas ou com discursos comemoraremos o 25 de Abru com medidas positivas de me thoria da situação e da vida las pessoas, especialmente das mais pobres e das mais carectlas, medidas essas traduzidas em actos e não em palavras e promessas, que tantas tem havido e tão pouco cumpridas tēm sido. Isso faremos na medida do possível, sem ter llusões de que a dificil situação econômica em que nos encontramos nos não permite ir tão longe como seria justo e necessário.

Estilo de governação

«DN» - Que estilo procura imprimir ao exercício do cargo de primeiro-ministro e á condução das reuniões do Consetho de Ministros?

FSC - Tenho privilegiado como primetro-ministro o trabalho com os ministros, o exame dos «dossiers», o estudo das questões, mais do que uma actividade política externa com dispersão em audiências, em deslocações ou em entrevis-

tas. Tenho privilegiado o trabalho interno, pois creio que essa é uma das maiores responsabilidades de um primeiro-ministro e o que a situação

do Pais me exige. Não me compete a mim julgar do meu trabalho na direcção do Governo. Creio que este Governo e os Conselhos de Ministros, designadamente tem demonstrado capacidade, operacionalidade no seu trabalho e adequação dos suas deci-sões ás necessidades do País.

Os Conselhos de Ministros são pouco prolongados, porque os assuntos já vém estudados e ds decisões colectivas são tomadas sem espírito partidário, antes com sentido nacional que a todos é comum.

As políticas sectoriais são sempre assumidas, como deve ser, como políticas do Governo, sejam elas do Trabalho, das Finanças ou de outros sectores. O Governo assume-se e actua como Governo de Portugal e não como o Governo dos partidos da Aliança Demo-

Estou satisfeito com a actuação desenvolvida, embora seja também exigente com o Governo e para comigo proprio quanto a uma cada vez maior resolução de problemas concretos, uma cada vez melhor actuação do Governo, ór gão de soberania responsável pela condução da politica interna e externa de Portugal.

«DN» - Sendo o dr. Sá Carneiro um primeiro-ministro com uma imagem muito vincada e interventora sob o ponto de vista político, consideraria possível a sua coexistência com um Presidente da Republica que tivesse características de liderança semelhantes ás

FSC - Estou convencido que não sentiria dificuldade de relacionação ou de trabatho com um Presidente da Republica que tivesse uma forte personalidade. Não defendo uma figura apagada, ou mera-mente receptiva como Prest-dente da Republica. Entendo que não é isso que convém ao País. Mas, tão-pouco, defendo também um Presidente da Republica executivo, ou com pretensões a tal, subordinando portanto á sua actuação o próprio Governo e o primeira-

Entendo que a função do Presidente de Republica é preaominantemente uma função de representação do Estado, de representação or — se se quiser — de liderança avoisnal, politicamente pouco in-tensa mas muito importante como tradução da unidade nacional, que tem de ser coorde nada com a liderança politicamente intensa e portanto mois polémica e executiva do Governo. Tudo em consonancia: Pre-sidente da Republica, Governo e maioria parlamentar.

Parece-me que é para ai que devemos caminhar. Isso é possivel mesmo que o Presidente da Republica tenha, como entendo que deve ter, uma personalidade forte e inteligente, embora normalmente discreta. E preciso que se definam claramente as áreas de intervenção, bem como a cooperação entre o Presidente da Republica e o Governo, e deste com a maiorio que o apoia. Estou convencido de que isso se furá no futuro, através da «leição do candidato apoiado pela Alianca Democrática, ou seja, do futuro Presidente da Repu-



A nova sede do Governo, á Rua Gomes Teixeira. O primeiro-ministro: «Tenho privilegiado o trabalho interno.»